



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO  
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)



**BOLETIM INFORMATIVO Nr 10**  
**(30 DE OUTUBRO DE 2009)**

**FALE COM A 7ª ICFeX**

**Correio Eletrônico:** [7icfex@eb.mil.br](mailto:7icfex@eb.mil.br)  
[7icfex-chsecaptec@eb.mil.br](mailto:7icfex-chsecaptec@eb.mil.br)  
**Página Internet:** <http://www.7icfex.eb.mil.br>  
**Telefones:** Fixo – (0 XX 81) 3423-7500  
RITEX – 870-7180



## ÍNDICE

ASSUNTO	PÁGINA
<b>1ª PARTE – CONFORMIDADE CONTÁBIL</b>	
<b>Registro a Conformidade Contábil Mensal – “Setembro/2009”</b>	2
<b>2ª PARTE – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ANUAIS</b>	
<b>1. Tomadas de Contas Anual</b>	2
<b>a. Regulares</b>	2
- Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros – Orientação.	2
- Julgamento de T C A – Ano <b>2006</b> , do CMR; 10º Esqd C Mec, 14º B Log.	2
- Julgamento de T C A – Ano <b>2007</b> , da 10ª Cia E Cmb, 6º D Sup, H Gu S, 71º BIMTz, 14º BIMTz, 19º BC, 35º BI, 1ª Cia Inf, H Gu JP e do 72º BIMTz.	2
<b>b. Irregulares</b>	3
<b>2. Tomadas de Contas Especial</b>	3
<b>3ª PARTE – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS</b>	
<b>1. Modificação de Rotinas de Trabalho</b>	3
<b>a. Execução Orcamentária</b>	3
<b>b. Execução Financeira</b>	3
<b>c. Execução Contábil</b>	3
1) Contas Contábeis	3
2) Patrimônio	3
3) Custos	3
<b>d. Execução de Licitações e Contratos</b>	3
<b>e. Pessoal</b>	3
1) Auxílio-Transporte – Of nº 339-Asse Jur-09 (A1/SEF), de 02/10/09 e Parecer nº 070-AJ/SEF, 30/09/09.	3
2) Transposição do direito de férias de um regime jurídico para outro. Parecer nº 082/AJ/SEF, 27/10/09.	3
3) Contagem de tempo de serviço - arredondamento - Of nº 374-Asse Jur-09 (A1/SEF), de 29 OUT 09.	3
4) Auxílio funeral – Of nº 375-Asse Jur-09 (A1/SEF), de 29 OUT 09.	3
5) Transferência do Pagamento de Militares Movimentados MSG SIAFI 2009/1241924, de 28/10/09, do CPEx.	4
6) Militar da Ativa – Bloqueio Bancário 30/09/09 MSG SIAFI 2009/1131810, de 01/10/09 CPEx.	4
<b>f. Controle Interno</b>	5
<b>g. Visita de Auditoria</b>	5
<b>h. Convênios</b>	5
<b>2. Recomendações sobre Prazos</b>	5
a. Recomendação do TCU - MSG SIAFI 2009/1234834, de 27/10/09, da SEF.	5
b. Recomendação do TCU - MSG SIAFI 2009/1153141, de 07/10/09, da SEF.	6
<b>3. Soluções de Consultas</b>	6
a. Execução de Garantia Contratual	6
b. Discordância de solução de Processo Administrativo (PA)	6
<b>4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG</b>	7
<b>a. Legislação e Atos Normativos</b>	7
<b>b. Orientações aos Agentes da Administração</b>	7
1) Erro de Digitação - MSG SIAFI 2009/1157682, da, D CONT, de 08/10/09.	7
2) Danos ao Erário - MSG SIAFI 2009/11147856, da, 7ª ICFEx, de 06/10/09.	7
3) Parcelas Extraordinárias de FUNADOM - MSG SIAFI 2009/1158287, da, DGO, de 08/10/09.	8
4) Alteração no Manual do SIAFI - MSG SIAFI 2009/1147295, de 08/10/09, da C CONT/STN.	8
5) Autorização para receber Documentos - IN 05/95 - MARE	9
6) Regularização CONINCONS “UU” - MSG SIAFI 2009/1228629, da 7ª ICFEx, de 26/10/09.	9
7) Recolhimento de Multa Contratual - (Código GRU) - MSG SIAFI 2009/1228463, da 7ª ICFEx, de 26/10/09.	10
8) Encerramento de Exercício - MSG SIAFI 2009/1219944, C CONT/STN, de 23/10/09.	10
9) Orientação para publicação de matérias via SIDEC - MSG SIASG 054889, DSLG/SLTI/MP, de 23/10/09.	10
<b>c. Mensagens COMUNICA</b>	11
<b>4ª PARTE – ASSUNTOS GERAIS</b>	11
<b>Aniversário de Organizações Militares (OM)</b>	11
<b>Informações do tipo “você sabia que...?”</b>	12
- ANEXO “A” – Adoção de procedimentos destinados à comprovação de Má-Fé por resp. por Dano ao Erário;	13
- ANEXO “B” – Atribuições das Assessorias Jurídicas de Exército;	15
- ANEXO “C” – Fundações de Apoio por UG/EB;	16
- ANEXO “D” – Fracionamento das Despesas;	18
- ANEXO “E” – Julgados e Normas do TCU, de maior interesse para as UG, publicados em Setembro 2009 e	23
- ANEXO “F” – Melhoria de Pensão Militar em caso de Reforma por Invalidez.	28



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS**  
**7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO**  
**(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**

**1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL**

**Registro da Conformidade Contábil Mensal – “SETEMBRO/2009”**

Cumprindo às disposições da Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), que regulam os prazos, os procedimentos, as atribuições e as responsabilidades para a realização da conformidade contábil das Unidades Gestoras (UG) vinculadas, esta Inspeção registrou, no SIAFI, a conformidade contábil para certificar os registros contábeis, efetuados em função da entrada de dados no Sistema, no mês de **SETEMBRO/2009**.

- Encontram-se com **COM RESTRIÇÃO** as seguintes UG:

<b>CÓDIGO DA UG</b>	<b>NOME DA UG</b>
<b>160173 - 167173</b>	31º BIMtz
<b>160174</b>	15º BIMtz
<b>167194</b>	Cmdo 7ª RM

**2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS**

**1. Tomadas de Contas Anual**

a. Regulares

**Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros - Orientação**

- Esta Inspeção lembra que, o dia em que foi realizada a Sessão do TCU corresponde à data de início da contagem do prazo de **05 (cinco)** anos, para arquivamento da documentação contábil e financeira relativa àquele exercício, conforme prevê o art. 2º das Normas para Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros – **Portaria no 011/SEF, de 17, Out 95**. Esta Portaria prevê, ainda, que *a documentação correspondente aos comprovantes de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS etc) não poderá ser destruída, devendo ser arquivada em pastas próprias, com vistas a garantir a necessária comprovação futura dos recolhimentos efetuados e a resguardar os interesses dos respectivos contribuintes e do Comando do Exército.*

**Julgamento de T C A**

EXERCÍCIO	CÓDIGO DA UG	OFÍCIO DOTCU	ACÓRDÃO	PROCESSO
2006	160084 – C M R	09/2009	2489/2009-TCU - 2ª Câmara	TC – 016.141 / 2007-7
	160184 – 10º Esq C Mec		1369/2009-TCU - 2ª Câmara	TC – 015.942 / 2007-3
	160185 – 14º B Log		1387/2009-TCU - 2ª Câmara	TC – 017.662 / 2007-9
(1) Obs: Dando <b>quitação plena</b> aos responsáveis, conforme o nº 2 do Ofício nº 327-SCCR/D Aud, de 16 OUT 09.				
(2) Obs: Dando <b>quitação plena</b> aos responsáveis, conforme o nº 2 do Ofício nº 371-SCCR/D Aud, de 27 OUT 09.				

EXERCÍCIO	CÓDIGO DA UG	OFÍCIO DO TCU	ACÓRDÃO	DADOS DA SEÇÃO
2007	160028 – 35º BI	09/2009	4338/2009-TCU - 2ª Câmara	Ata nº 29, de 25 AGO 09
	160030 – 1ª Cia Inf		4336/2009-TCU - 2ª Câmara	
	160139 – H Gu JP		4332/2009-TCU - 2ª Câmara	
	160183 – 72 BIMTz		4341/2009-TCU - 2ª Câmara	
	160453 – 19º BC	10/2009	4599/2009-TCU - 1ª Câmara	Ata nº 30, de 1 SET 09
	160038 – 6º D Sup	10/2009	4612/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160023 – 10ª Cia E Cmb	11/2009	4867/2009-TCU - 1ª Câmara	Ata nº 31, de 8 SET 09
	160039 – H Gu S		4877/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160177 – 71º BIMTz		4871/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160178 – 14º BIMTz		4881/2009-TCU - 1ª Câmara	
(1) Obs: Dando <b>quitação plena</b> aos responsáveis, conforme o nº 2 do Ofício nº 332-SCCR/D Aud, de 16 OUT 09.				
(2) Obs: Dando <b>quitação plena</b> aos responsáveis, conforme o nº 2 do Ofício nº 346-SCCR/D Aud, de 23 OUT 09.				
(3) Obs: Dando <b>quitação plena</b> aos responsáveis, conforme o nº 2 do Ofício nº 361-SCCR/D Aud, de 27 OUT 09.				

7ª ICFEx	Continuação do B Info Nº 10, de 30 de outubro de 2009	Pág 3	
----------	---	-------	--

- b. Irregulares  
- Nada a considerar

## 2. Tomadas de Contas Especial

- Nada a considerar

## 3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

### 1. Modificações de Rotinas de Trabalho

#### a. Execução Orçamentária

- Nada a considerar

#### b. Execução Financeira

- Nada a considerar

#### c. Execução Contábil

##### 1) Contas Contábeis

- Nada a considerar

##### 2) Patrimônio

- Nada a considerar

##### 3) Custos

- Nada a considerar

#### d. Execução de Licitações e Contratos

- Nada a considerar

#### e. Pessoal

##### 1) **Auxílio-transporte**

- O assunto em epigrafe encontra-se disponível na íntegra, no Parecer nº 070/AJ/SEF, de 30 SET 09, anexo ao Ofício nº 339 – Asse Jur-09 (A1/SEF), de 02 OUT 09, no endereço eletrônico: <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios> no sítio da Assessoria 1, da SEF.

##### 2) **Transposição do direito de férias de um regime jurídico para outro**

- O assunto em epigrafe encontra-se disponível na íntegra, no Parecer nº 082/AJ/SEF, de 27 OUT 09, no endereço eletrônico: <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios> no sítio da Assessoria 1, da SEF;

##### 3) **Contagem de tempo de serviço arredondamento**

- O assunto em epigrafe encontra-se disponível na íntegra, no Of nº 374\_Asse Jur-09 (A1/SEF), de 29 OUT 09, no endereço eletrônico: <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios> no sítio da Assessoria 1, da SEF.

##### 4) **Auxílio funeral**

- O assunto em epigrafe encontra-se disponível na íntegra, no Of nº 375\_Asse Jur-09 (A1/SEF), de 29 OUT 09, no endereço eletrônico: <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios> no sítio da Assessoria 1, da SEF.

**5) Transferência do Pagamento de Militares Movimentados  
(Transcrição da Msg SIAFI 2009/1241924, de 28/10/09, do CPEX).**

DO CHEFE DO CENTRO DE PAGAMENTO DO EXÉRCITO  
AO(S) SR(S) CHEFES DAS ICFEX

MENSAGEM SIAFI NR 001-GAB-CPEX, DE 28 OUT 09

1. VERSA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO PAGAMENTO DE MILITARES MOVIMENTADOS.

2. SOBRE O ASSUNTO, INCUMBIU-ME O SR SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DE INFORMAR A ESSA ICFEX QUE O DEPARTAMENTO GERAL DE PESSOAL TEM OBSERVADO ATRASOS NA TRANSFERÊNCIA DO PAGAMENTO E/OU REMESSA DA PASTA DE HABILITAÇÃO MILITAR (PHPM) PARA AS OM DE DESTINO, O QUE TEM DIFICULTADO O CUMPRIMENTO DA PORT Nº 008 - SEF, DE 06 DE MAIO DE 2008 (NORMAS PARA O EXAME DE PAGAMENTO DE PESSOAL).

3. EM CONSEQUENCIA, COM O OBJETIVO DE DAR CELERIDADE AO PROCESSO E AUMENTAR O CONTROLE SOBRE O PAGAMENTO DE PESSOAL, SOLICITO GESTÕES DESSA ICFEX PARA QUE ORIENTE OS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO DAS UG VINCULADAS, NO SENTIDO DE QUE UMA VEZ DESLIGADO, SEJAM FEITOS NO MAIS CURTO PRAZO, O AJUSTE DE CONTAS DO MILITAR (EXCLUSÃO DE PNR, CONDOMÍNIO, ETC) E A TRANSFERÊNCIA DO PAGAMENTO, COM A DEVIDA REMESSA PARA A OM DE DESTINO.

BRASÍLIA-DF, 28 DE OUTUBRO DE 2009  
GEN BDA JOSÉ ORLANDO RIBEIRO CARDOSO  
CHEFE DO CENTRO DE PAGAMENTO DO EXÉRCITO

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**6) Militar da Ativa - Bloqueio Bancário  
(Transcrição da Msg SIAFI 2009/1131810, da SEF, de 01/10/09).**

DO ORDENADOR DE DESPESAS DO CPEX  
AO(S) SR(S) ORDENADORES DE DESPESAS  
ASSUNTO: "MILITAR DA ATIVA" - BLOQUEIO BANCÁRIO

\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\* "URGENTE" \*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\* INFORMAR À SEÇÃO DE PAGAMENTO \*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

1. VERSA O PRESENTE EXPEDIENTE SOBRE BLOQUEIO BANCÁRIO.

2. INFORMO-VOS QUE ESTE CENTRO SÓ PROCESSARÁ PEDIDO DE BLOQUEIO E REVERSÃO DE PAGAMENTO DE MILITAR DA ATIVA (LICENCIADO, FALECIDO OU DESERTOR) SE O EVENTO OCORRER ENTRE A DATA DA 3ª CORRIDA DO PAGAMENTO E O ANTIPENÚLTIMO DIA DO MÊS.

3. OUTROSSIM, SOLICITO-VOS A FIEL OBSERVÂNCIA DO CALENDÁRIO DO PAGAMENTO DESTE CENTRO E DO DESCRITO NO ITEM ANTERIOR. DESTARTE, SE NÃO FOR POSSÍVEL POR MOTIVOS FORTUITOS, ESSA UG, DEVERÁ CUMPRIR O QUE PRESCREVE O ITEM 5, LETRA E DA NI Nº 001/CPEX, DE 15 ABRIL 08, OU SEJA, SOLICITAR DIRETAMENTE A INSTITUIÇÃO BANCÁRIA DO EX-MILITAR BLOQUEIO, ANTES DA DATA DO PAGAMENTO E COM TEMPO HÁBIL PARA ÀS MEDIDAS ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA.

BRASÍLIA-DF, 01 DE OUTUBRO DE 2009  
ROBERTO CARLOS MOREIRA SILVA - TEN CEL  
ORDENADOR DE DESPESAS DO CPEX

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**f. Controle Interno**

- Nada a considerar

**g. Visita de Auditoria**

- Nada a considerar

**h. Convênios**

- Nada a considerar

**2. Recomendações sobre Prazos****a. Recomendação do TCU**

(Transcrição da Msg SIAFI 2009/1234834, de 27/10/09, da SEF).

DO SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS: SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

REF: OFÍCIO Nº 324 - SCCR/D AUD, DE 16 DE OUTUBRO DE 2009, DO DIRETOR DE AUDITORIA.

1. EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO CONTIDA NO DOCUMENTO DA REFERÊNCIA, ESTA SECRETARIA RESOLVEU DIFUNDIR AS UNIDADES GESTORAS (UG) AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NO ACÓRDÃO Nº 5540/2009 - TCU - 1ª CÂMARA, NA FORMA QUE SE SEGUE:

A. FUNDAMENTE A INEXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS PELAS QUAIS VENHAM A SER DESCLASSIFICADAS COM BASE EM PARÂMETROS OBJETIVOS DE JULGAMENTO, NOS TERMOS DOS ARTS.44 E 48, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/1993, E NO ART.4º, INCISOS X E XI, DA LEI 10.520/2002;

B. AO DEFINIR CRITÉRIOS DE INEXEQUIBILIDADE, ABSTENHA-SE DE FIXAR PREÇOS MÍNIMOS, CRITÉRIOS ESTATÍSTICOS OU FAIXAS DE VARIAÇÃO EM RELAÇÃO A PREÇOS DE REFERÊNCIA, UMA VEZ QUE ESSA FIXAÇÃO É VEDADA PELO ART.40, INCISO X, DA LEI Nº 8.666/1993, ALÉM DE IMPEDIR A OBTENÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO;

C. EVITE ESTABELECEER CLÁUSULAS NO EDITAL DE DIFÍCIL COMPREENSÃO; E

D. QUE O DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO DO TCU PODE DAR ENSEJO À APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO INCISO VII, DO ART. 58, DA LEI Nº 8.443/1992.

BRASÍLIA - DF, 27 DE OUTUBRO DE 2009.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO  
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

## **b. Recomendação do TCU**

(Transcrição da Msg SIAFI 2009/1153141, de 07/10/09, da SEF).

DO SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS: SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

REF: OFÍCIO Nº 308 - SCCR/D AUD, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009, DO DIRETOR DE AUDITORIA.

1. EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO CONTIDA NO DOCUMENTO DA REFERÊNCIA, ESTA SECRETARIA RESOLVEU DIFUNDIR AS UNIDADES GESTORAS (UG) AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NO ACÓRDÃO Nº 3671/2009 - TCU-1ª CÂMARA, NA FORMA DOS ITENS ABAIXO TRANSCRITOS:

"1.5.1. DETERMINAR QUE, DORAVANTE EM SEUS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS:

1.5.1.1. ABSTENHA-SE DE INCLUIR OS ITENS ADMINISTRAÇÃO LOCAL, INSTALAÇÃO DE CANTEIRO E ACAMPAMENTO E MOBILIZAÇÃO E DESMOBIZAÇÃO NO ITEM BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (BDI), DEVENDO ESSES CUSTOS CONSTAR DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, COM VISTAS A DAR MAIOR TRANSPARÊNCIA À COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS; E

1.5.1.2. "OBSERVE O PRAZO LEGAL PREVISTO PARA APRECIÇÃO DOS RECURSOS, PROCEDENDO AO JULGAMENTO DOS CERTAMES APENAS APÓS EXPIRAR-SE O PRAZO RECURSAL OU APÓS A DESISTÊNCIA FORMAL DOS LICITANTES EM RECORRER, EVIDAMENTE REGISTRADA EM ATA."

BRASÍLIA - DF, 07 DE OUTUBRO DE 2009.  
GEN DIV CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO  
RESP. P/ SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

## **3. Soluções de Consultas**

### **a. Execução de Garantia Contratual**

UG de Origem	Documento de Resposta
12ª ICFEx	Of nº 322 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 14 de setembro de 2009
<b><u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u></b>	
- A garantia contratual não obtida por meio de caução em dinheiro, mas prestada mediante carta fiança, pode ser executada por meio de descontos nos pagamentos devidos à empresa contratada? Somente pode haver desconto no pagamento se não houver garantias suficientes.	
<b><u>ONDE ENCONTRAR:</u></b> <a href="http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/Of.322-09.pdf">http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/Of.322-09.pdf</a>	

### **b. Discordância de solução de Processo Administrativo (PA)**

UG de Origem	Documento de Resposta
7ª RM-7ª DE	Of nº 378 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 29 de outubro de 2009
<b><u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u></b>	
- A consulta versa sobre discordância de solução de Processo Administrativo (PA), para ressarcimento ao Erário.	
<b><u>ONDE ENCONTRAR:</u></b> <a href="http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/Of.322-09.pdf">http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/Of.322-09.pdf</a>	

#### **4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as Unidades Gestoras (UG).**

##### **a. Legislação e Atos Normativos**

<b>A S S U N T O</b>	<b>Onde Encontrar</b>	<b>Observações</b>
<b>CARTEIS e LICITAÇÕES.</b> - Instrução Normativa/SLTI-MP nº 2, de 16.09.2009 - estabelece a obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Elaboração Independente de Proposta, em procedimentos licitatórios, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG).	DOU de 17.09.2009, S. 1, p. 80	Tomar conhecimento
<b>Port nº 462, de 05 Ago 90</b> - Aprova a 2ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (Lei de Responsabilidade Fiscal)	(DOU nº 151, de 10 Ago 09).	Tomar conhecimento

##### **b. Orientações aos Agentes da Administração**

###### **1) Erros de Digitação no SIAFI**

**(Transcrição da Msg SIAFI 2009/1157682, da D CONT, de 08/10/09).**

DO: SUBDIRETOR DE CONTABILIDADE

AO: SR ORDENADOR DE DESPESAS

1. MENSAGEM VERSANDO SOBRE ERROS NO SIAFI.

2. ESTA SETORIAL CONTÁBIL TEM OBSERVADO QUE DIVERSAS UNIDADES GESTORAS VINCULADAS ESTÃO PREENCHENDO DOCUMENTOS NO SIAFI COM INFORMAÇÕES ERRADAS, GERANDO CONTABILIZAÇÃO INCONSISTENTE.

3. EM FACE DO EXPOSTO ACIMA, SOLICITO AOS SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS QUE ORIENTEM OS OPERADORES DO SIAFI PARA REVISAR CUIDADOSAMENTE AS INFORMAÇÕES ANTES DE CONFIRMAR A GERAÇÃO DO DOCUMENTO NO SIAFI.

BRASILIA-DF, 08 DE OUTUBRO DE 2009.  
JOSIAS SADRACH SATURNINO DOS SANTOS-TC  
RESP P/ SUBDIRETOR DE CONTABILIDADE

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

###### **2) Danos ao Erário**

**(Transcrição da Msg SIAFI 2009/111147856, da 7ª ICEx, de 06/10/09).**

DO CHEFE DA 7ª ICEx

AO SR ORDENADORES DE DESPESAS

MSG 540-S/2-CIRC-ELI

SOLICITO AOS SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS (OD) QUE NOS CASOS DE INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA OU INQUÉRITO POLICIAL MILITAR (IPM) PARA A APURAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE FATOS QUE CONTEHAM INDÍCIOS DE PREJUÍZO À FAZENDA NACIONAL, COMUNIQUEM SUA ABERTURA À ESTA ICEx, INDEPENDENTE DOS VALORES ENVOLVIDOS E DAS DEMAIS COMUNICAÇÕES REGULARES, CONFORME PREVISTO NO § 2º DO ART. 3º DA PORT 008-SEF, DE 23 DEZ 03.

RUBENS MARTINS NETO - TEN CEL  
CHEFE DA 7ª ICEx  
HTTP://WWW.7ICEx.EB.MIL.BR

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.



**3) Parcelas Extraordinárias de FUNADOM****(Transcrição da Msg SIAFI 2009/1158287, da DGO, de 08/10/09).**

DO SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS: SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

1. INFORMO AOS SRS OD QUE, NA PRÓXIMA SEMANA, SERÁ DESCENTRALIZADO, COMO PARCELA EXTRAORDINÁRIA, O VALOR CORRESPONDENTE A 3 (TRES) MESES DE CRÉDITO NO PIFDAFUNADOM, PARA TODAS AS OM.

2. O OBJETIVO DESSA NOVA DESCENTRALIZAÇÃO É A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA ESTOQUE (VIDA ADMINISTRATIVA), COMO FORMA DE PREPARAÇÃO PARA O PRÓXIMO ANO, COM MATERIAL SUFICIENTE ATÉ ACHEGADA DO CRÉDITO DA LOA/2010.

3. SOBRE ESSA DESCENTRALIZAÇÃO, ESTA DIRETORIA SOLICITA O SEGUINTE:

A. FIEL OBSERVÂNCIA DO PRAZO LIMITE PARA EMPENHO, OU SEJA, DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2009;

B. PROIBIÇÃO DA EMISSÃO DE PRÉ-EMPENHOS, O QUE SE APLICA A TODOS OS CRÉDITOS DESCENTRALIZADOS POR ESTA DIRETORIA;

C. PLANEJAMENTO MINUCIOSO DAS COMPRAS, CONSIDERADAS, PRINCIPALMENTE, AS NECESSIDADES ADVINDAS DA INCORPORAÇÃO DE RECRUTAS DO INÍCIO DO PRÓXIMO ANO.

D. PROIBIÇÃO DO EMPREGO DOS CRÉDITOS DESCENTRALIZADOS EM FESTIVIDADES E HOMENAGENS;

E. SEJAM EVITADAS AS TRANSPOSIÇÕES DE CRÉDITO PARA OS ELEMENTOS DE DESPESAS 36 E 39, COM A FINALIDADE DE REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES.

4. INFORMO-VOS, AINDA, QUE O NÃO CUMPRIMENTO DO PRAZO ESTABELECIDO NA LETRA A. DO NR 3 DESTA MENSAGEM IMPORTARÁ NA ANULAÇÃO DO CRÉDITO POR ESTA DIRETORIA.

5. POR FIM, DIANTE DA POSSIBILIDADE DE NOVOS DESCONTINGENCIAMENTOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO, SOLICITO QUE AS UG QUE NÃO NECESSITAREM OU NÃO TENHAM CONDIÇÕES DE EMITIR NOVOS EMPENHOS, MANIFESTEM-SE POR MEIO DE MENSAGEM COMUNICA PARA QUE SUAS UG SEJAM DESRELACIONADAS DE POSSÍVEIS NOVAS DESCENTRALIZAÇÕES.

BRASILIA, DF, 08 DE OUTUBRO DE 2009.

GEN DIV CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO  
DIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**4) Alteração no Manual do SIAFI****(Transcrição da Msg SIAFI 2009/1147295, da C CONT/STN, de 06/10/09).**

DO CHEFE DA 7ª ICFEX

AO SR ORDENADORES DE DESPESAS

SENHORES USUÁRIOS,

INFORMAMOS QUE FOI ALTERADA A MACROFUNCAO 02.03.14 - CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTAO DO MANUAL SIAFI WEB.

ATENCIOSAMENTE,  
CCONT/STN

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**5) Autorização para receber Documentos - IN 05/95-MARE  
(Transcrição da Msg SIASG Nº 054662, da DSLG/SLTI/MP, de 06/10/09).**

DO SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS  
AOS: SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

"SENHORES USUARIOS,

1. CONSIDERANDO O CONTIDO NO SUBITEM 8.9.2 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MARE/GM NR 5, DE 21 DE JULHO DE 1995, FICAM AS CPLS/PREGOEIROS AUTORIZADAS A RECEBER, NOS CERTAMES LICITATORIOS, DIRETAMENTE DO FORNECEDOR, A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE QUE PORVENTURA ESTIVEREM IRREGULAR NO SICAF, QUANDO DA CONSULTA "ON LINE", ENQUANTO PERDURAREM OS MOTIVOS RELACIONADOS AO SUBITEM ACIMA MENCIONADO, NAS UNIDADES CADASTRADORAS, A REFERIDA DOCUMENTAÇÃO DEVERA COMPOR O RESPECTIVO PROCESSO LICITATÓRIO, REGISTRANDO-SE EM ATA, QUE ESTE PROCEDIMENTO FORA ADOTADO EM FUNÇÃO DO CONTIDO NO SUBITEM 8.9.2. DA IN/MARE NR 5/95.

2. IDENTICO PROCEDIMENTO DEVERA SER ADOTADO NOS CASOS DE EMISSÃO DE EMPENHO, PAGAMENTO E NOS DE ASSINATURA DE INSTRUMENTO DE CONTRATO, JUN ANDO-SE A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE AO RESPECTIVO PROCESSO.

3. VALE RESSALTAR QUE AS CPLS/PREGOEIROS OU ORGAOS PAGADORES DEVERAO INSTRUIR OS FORNECEDORES PARA QUE, AO CESSAREM OS MOTIVOS QUE OS IMPEDEM DE ATUALIZAR SEUS CADASTROS NO SICAF, PROCUREM SUAS RESPECTIVAS UNIDADES CADASTRADORAS A FIM DE REGULARIZAREM SUA SITUAÇÃO JUNTO AO REFERIDO SISTEMA.

4. OS DISPOSTOS NESTA MENSAGEM SERA APLICADO QUANDO O FORNECEDOR APRESENTAR DOCUMENTO VÁLIDO E ATUALIZADO, QUE COMPROVE A SUA REGULARIDADE PERANTE OS RESPECTIVOS ORGAOS EMITENTES.

5. FINALIZANDO, PARA OUTROS CASOS QUE ENSEJAREM DÚVIDAS QUANTO A REGULARIDADE DE FORNECEDORES, RECOMENDAMOS QUE A SITUAÇÃO SEJA SUBMETIDA À COMPETENTE ANÁLISE DA CONSULTORIA JURIDICA DO RESPECTIVO ORGAO.

ALLAN KARDEK A. DE SA / DIRETOR SUBSTITUTO  
DLSG/SLTI/MP

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**6) Regularização CONINCONS "UU"  
(Msg SIAFI 2009/1228629, da 7ª ICFEx, de 26/10/09).**

DO SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS  
AOS: SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

1. TRATA A PRESENTE MSG SOBRE SALDO NA EQUAÇÃO >CONINCONS, EM OUTUBRO DE 2009.

2. SOLICITO-VOS A POSSIBILIDADE DE MANDAR ANALISAR SE HÁ SALDO NA EQUAÇÃO SUPRACITADA (UG PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA) E EM CASO POSITIVO, MANDAR REGULARIZAR ATÉ 28OUT09 E INFORMAR ESTA INSPETORIA.

RECIFE-PE, 26 DE OUTUBRO DE 2009.

RUBENS MARTINS NETO - TEN CEL  
CHEFE DA 7ª ICFEX  
([HTTP://WWW.7ICFEX.EB.MIL.BR](http://www.7icfex.eb.mil.br))

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**7) Recolhimento de Multa Contratual (Código GRU)**  
**(Msg SIAFI 2009/1228463, da 7ª ICFEx, de 26/10/09).**

DO: CHEFE DA 7ª ICFEX  
AO: SR ORDENADORES DE DESPESAS

\*\*\* MSG CIRC 0234 - S/3 \*\*\*

1. EM COMPLEMENTO À MSG CIRCULAR Nº 233, DE 23 OUT 09 (MSG COMUNICA Nº 2009/1217259), INFORMO-VOS QUE AS ORIENTAÇÕES CONSTANTES DA MESMA SE REFEREM A CONTRATO DE DESPESAS.

2. COM RELAÇÃO AO RECOLHIMENTO DE MULTAS ORIUNDAS DE "CONTRATO DE RECEITA", A UG DEVERÁ SEGUIR OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELA SGFEX/DGO, SENDO O CÓDIGO DE GRU 22705-6, DE ACORDO COM A TABELA DE CÓDIGO DE RECEITA PARA O FUNDO DO EXÉRCITO VIA GRU.

RECIFE-PE, 26 DE OUTUBRO DE 2009.

RUBENS MARTINS NETO - TEN CEL  
CHEFE DA 7ª ICFEX  
(WWW.7ICFEX.EB.MIL.BR)

**8) Encerramento do Exercício**  
**(Msg SIAFI 2009/1219944-C CONT/STN, de 23/10/09).**

AOS: SR ORDENADORES DE DESPESAS

INFORMAMOS QUE ENCONTRA-SE ATUALIZADA A MACROFUNÇÃO 02.03.18, DO MANUAL SIAFI WEB, QUE TRATA DOS PROCEDIMENTOS REFERENTES AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO.

ATENCIOSAMENTE,  
CCONT/STN

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**9) Orientação para publicação de Matérias via SÍDEC**  
**(Transcrição da Msg SIASG Nº 054889, da DSLG/SLTI/MP, de 23/10/09).**

"SENHORES USUARIOS,

O DEPARTAMENTO DE LOGISTICA E SERVICOS GERAIS INFORMA A TODOS OS USUARIOS QUE AS MATERIAS PARA PUBLICACAO DIA 26 E 27 DE OUTUBRO DEVERAO SER INCLUIDAS NO SISTEMA ATE ÀS 16.00 HORAS DE HOJE, 23 DE OUTUBRO DE 2009, TENDO EM VISTA O NÃO FUNCIONAMENTO DA IMPRENSA NACIONAL DIA 26/10/2009, PONTO FACULTATIVO EM FUNCAO DO DIA DO SERVIDOR PUBLICO.

ATENCIOSAMENTE

DEPARTAMENTO DE LOGISTICA E SERVICOS GERAIS

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**c. Mensagens COMUNICA:**

MENSAGEM	EXPEDIDOR	A S S U N T O S
SIAFI 2009/1131185	7ª ICFEx	Determinação do TCU
SIAFI 2009/1143607	7ª ICFEx	Militar da Ativa – Bloqueio Bancário
SIAFI 2009/1147856	7ª ICFEx	Danos ao Erário
SIAFI 2009/1148837	7ª ICFEx	Determinação do TCU
SIAFI 2009/1157982	DGP	Retransmissão da MSG/SF sobre Auxílio Indenizatório do SC
SIAFI 2009/1158287	DGO	Parcelas Extraordinárias de FUNADOM
SIAFI 2009/1158497	DGP	Recursos da Gestão do DGP – Deslocamentos
SIAFI 2009/1158541	DGP	Recursos da Gestão do DGP – Movimentação do Pessoal
SIAFI 2009/1158805	CPEX	Militar da Ativa – Saque do Auxílio-Transporte no mês Dez 09
SIAFI 2009/1163688	DGO	Despesas com Concessionárias de Serviço Público
SIAFI 2009/1163910	7ª ICFEx	Auxílio-Transporte
SIAFI 2009/1164041	7ª ICFEx	Determinação do TCU
SIAFI 2009/1164174	SFE	Mnt Aquartelamento – Cadastro de Solicitações
SIAFI 2009/1188754	7ª ICFEx	Estágio de Preparação para Cmt, Ch e Dirt de OM nomeados
SIAFI 2009/1213905	7ª ICFEx	Pesquisa de Satisfação dos Usuários do Sistema SEF
SIAFI 2009/1228524	7ª ICFEx	Estágio de preparação para Cmt, Ch ou Dirt. de OM nomeados
SIAFI 2009/1228585	7ª ICFEx	Estágio de Certificação de Pregoeiro
SIAFI 2009/1239244	SEF	Exclusão de UG de Suborgão
SIAFI 2009/1241085	SEF	Pesquisa de Satisfação dos Usuários do Sistema SEF (Retransmissão)

**Obs:** Os documentos acima relacionados devem estar arquivados em ordem cronológica, com o visto do OD e do Chefe da Seção interessada.

## 4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS

### ANIVERSÁRIO DE OM

Esta chefia e os Integrantes da 7ª ICFEx cumprimentam, e formulam votos de felicidades e de continuado sucesso profissional, aos Ordenadores de Despesas (OD) e Integrantes das UG e, igualmente, aos Comandantes (Agentes Diretores – AD) e componentes das UA (vinculadas a uma UG), a seguir relacionadas, cujas datas de aniversário transcorrerão no mês de **NOVEMBRO** de 2009:

UG	LOCALIZAÇÃO	DATA
14º B Log	Recife - PE	07 NOV
P R Mnt/7	Recife - PE	10 NOV

### Informações do tipo “Você sabia ...?”

1. Que, o instrumento do “fiscal de contrato” também deve ser adotado para os contratos que geram receitas para a UG, cabendo a esse agente a responsabilidade prevista na Seção IV, das IG 12-02, entre elas: a de acompanhar os prazos de pagamento, vigência, aplicação de multas, entre outros?

2. Que, após o retorno a sede dos militares recebedores de diárias, estes devem apresentar o Relatório de Viagem Nacional que irá compor o processo de Despesa Realizada (PDR), conforme prevê a Portaria nº 172-DGP/2006?

3. Que, o Relatório de Viagem Nacional é alvo de auditoria das ICFEx, por ocasião das visitas de auditoria às UG?

4. Que, qualquer dúvidas a respeito do SIASGNET, entrar em contato com a central de atendimento SERPRO (comunidade SIASG) através do 0800-9782329. (Msg nº 054187, de 03/09/09-DLSG/SIASG)?

5. Que, o Manual SIAFI já pode ser acessado pela Internet (<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/>)?

6. Que, a despesa com aquisição de pen-drive, caneta óptica, token e similares é classificada como material de consumo, tendo em vista que são abarcadas pelo critério da fragilidade e que os bens serão controlados como materiais de uso duradouro?

7. Que, a D Cont disponibilizou uma relação de Centro de Custo para auxiliar os gerentes de custos na identificação das suas atividades? (<http://dcont.sef.eb.mil.br/siscustos/viewtopic.php?>)

8. Que, a regra a ser cumprida pela administração pública é a licitação, sendo que sua dispensa só pode ser efetuada em casos excepcionais, devidamente justificados, de modo que a contratação direta deve ser realizada com muita cautela?

(Msg SIAFI nº 2009/0760224 – A/2-SEF, de 6 jul 09, enviada a todos os Ordenadores de Despesas)

9. Que, a SEF ratificou o entendimento de que o Decreto nº 6.258, de 19 nov 07, não se aplica aos militares, razão pela qual não é obrigatória a “adesão” ao SCDP?

10. Que, a SEF está analisando a situação da sistemática da concessão de diárias e passagens aos servidores civis, estes, com titularidade atribuída pelo Decreto nº 6.258, de 19 nov 07 ?

(Msg SIAFI nº 2009/1066246 – SEF, de 17 set 09, enviada a todos os Chefes de ICFEx)

**RUBENS MARTINS NETO – Ten Cel**  
**Chefe da 7ª ICFEx**

**ANEXO “A”****ADOÇÃO DE PROCEDIMENTOS DESTINADOS À COMPROVAÇÃO DE MÁ-FÉ POR PARTE DE RESPONSÁVEIS POR DANOS AO ERÁRIO.**

Considerando a relevância do tema e com a finalidade de atualização de conhecimento e orientações às UG vinculadas a esta ICFEx, transcrevo o ofício abaixo:



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
(Contadoria Geral/1841)**

**Brasília, 20 de outubro de 2009.**

**Of nº 359 – Asse Jur – 09 (A1/SEF)**

**CIRCULAR**

**Do Subsecretário de Economia e Finanças**

**Ao Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e  
Finanças do Exército**

**Assunto:** comprovação de má-fé

**Rfr:** Parecer nº 048/AJ/SEF, de 2009

1. Versa o presente expediente sobre adoção de procedimentos destinados à comprovação de má-fé por parte de responsáveis por danos ao Erário.

2. Com vistas a dirimir dúvidas a respeito do assunto, solicito a essa Inspeção que divulgue às unidades gestoras vinculadas as seguintes orientações, em caráter complementar ao documento citado na referência:

a. A comprovação de má-fé é condição imprescindível para a imputação de responsabilidade àquele que se beneficia de atos administrativos que resultem em pagamentos indevidos. Vale dizer: somente com a comprovação de má-fé por parte do beneficiado é que eventuais valores pagos em seu favor (oriundos de implantação indevida) poderão ser exigidos do mesmo.

b. A existência de má-fé por parte do beneficiado deve ser verificada quando da realização da sindicância mandada instaurar para apurar o dano ao erário. Para tanto, deve o sindicante atuar de maneira a verificar se o beneficiado teve conduta decisiva para a criação ou para a manutenção do direito imerecido. Ou seja, uma vez demonstrado cabalmente que o beneficiado teve conduta ativa ou omissiva em relação à percepção ou à manutenção de um valor que saiba indevido, evidenciada estará a má-fé.

c. Os questionamentos a serem realizados durante o procedimento de sindicância, mormente no que tange ao depoimento do beneficiário (sindicado) devem, assim, abranger as hipóteses fáticas que possam demonstrar tal conduta.

d. A título meramente exemplificativo, tomamos o caso em que houve manutenção indevida de quotas de compensação orgânica. Em circunstâncias como essa, o militar confere suas folhas de alterações, mediante a aposição de rubrica própria, onde constam as quotas incorporadas a que faz jus, não podendo alegar desconhecimento das mesmas na eventualidade de manter o pagamento integral quando tal direito não lhe assiste. Nesse contexto, é razoável apontar que o militar *omitiu* o fato de que passou a receber valores a maior, quando não tinha direito para tanto. Ou seja, teve o militar conduta decisiva para a manutenção de um direito imerecido e que o sabia, por conta da assinatura de suas alterações.

e. Ademais, é preciso considerar que durante a carreira, os militares integram equipes de exame de pagamento e de contracheque, travando contato com a legislação remuneratória. Nesse diapasão, não surge como sensata a idéia de que os mesmos não têm conhecimento das normas que regem a percepção de direitos.

f. Sendo assim, deve o sindicante atuar de maneira diligente nas hipóteses de recebimento de valores indevidos e especialmente perquirir o seguinte durante a apuração:

- 1) Se o beneficiado sindicado tinha conhecimento dos direitos remuneratórios a que fazia jus;
- 2) Se o beneficiado sindicado assinou suas folhas de alterações onde constam as implantações de direitos;
- 3) Se o beneficiado sindicado noticiou eventual irregularidade no pagamento;
- 4) Se o beneficiado participou de equipes de exame de pagamento e contracheque;
- 5) Solicitar cópia das segundas vias das alterações do beneficiado sindicado junto às organizações militares onde o mesmo servia na época da implantação indevida (ou quando a desimplantação deveria ocorrer).

3. Como se denota, é válido repetir, a apuração da sindicância deve ser no sentido de demonstrar que a conduta do beneficiado sindicado foi decisiva para a manutenção ou para a criação de um direito indevido. Havendo tal demonstração, comprovada estará a má-fé do mesmo.

4. Uma vez comprovada a má-fé, atuar-se-á conforme consta do Parecer nº 048/AJ/SEF, que, nesse item, orienta: não haverá o que se falar em aplicação do art. 54 da Lei nº 9.784, de 1999, ou das súmulas nº 34, da AGU, ou 249, do TCU. É dizer: o ato de implantação (ou de manutenção) deverá ser anulado, nos termos do art. 53 da referida Lei nº 9.784, de 1999, e os valores recebidos a maior pelo beneficiado, restituídos de forma integral, acrescidos de juros e atualização monetária, não incidindo qualquer prazo prescricional ou decadencial.

5. Tal devolução, ressalte-se, seguirá os termos da Portaria nº 008-SEF, de 2003, inclusive no que tange à apresentação do termo de reconhecimento de dívida ao responsável (ocasião em que poderá optar por parcelar o débito nos limites legais), implantação do desconto no contracheque e, eventualmente, remessa do processo à AGU (via Região Militar) para inscrição do débito na Dívida Ativa da União.

**Gen Div MARCIO ROSENDO DE MELO**

Subsecretário de Economia e Finanças

**Obs:** O Parecer nº 048/AJ/SEF, de 2009, encontra-se disponível na íntegra, no endereço eletrônico da Asse 1 da SEF: <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios>

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**Anexo “B”****ATRIBUIÇÕES DAS ASSESSORIAS JURÍDICAS DO EXERCITO**

Tendo em vista a relevância do tema e com a finalidade de atualização de conhecimento e orientações às UG vinculadas a esta ICFEx, transcrevo o ofício abaixo:



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
(Contadoria Geral/1841)**

**Brasília, 15 de Outubro de 2009.**

**Of nº 353 – Asse Jur – 09 (A1/SEF)**

**CIRCULAR**

**Do** Subsecretário de Economia e Finanças

**Ao** Sr Chefe da Inspeção de Contabilidade e Finanças

**Assunto:** atribuições das Assessorias Jurídicas do Exército

**Rfr.:** Of nº 198 - Asse Jur - 07 (A1/SEF), de 30 set 07

1. Versa o presente expediente sobre atribuições das Assessorias Jurídicas do Exército.

2. Por intermédio do Ofício nº 558-A2.10, do Gab Cmt Ex, encaminhado a este ODS em 22 set 09, o Comandante do Exército alterou, parcialmente, o entendimento acerca do encaminhamento de processos licitatórios para os Núcleos de Assessoramento Jurídico da Advocacia Geral da União, conforme o texto abaixo transcrito:

*“2. Em 30 de abril de 2008, por intermédio do ofício nº 250-A2.1, este Gabinete respondeu ao ofício da referência concordando com o posicionamento nele contido. Entretanto, reestudando o tema, o atual entendimento é de que os processos licitatórios no âmbito do Exército devem ser encaminhados ao Núcleo de Assessoramento Jurídico da Advocacia Geral da União (NAJ/AGU) para missão dos correspondentes pareceres jurídicos.*

*3. Entretanto, se o respectivo NAJ/AGU não tiver condições de emitir os pareceres, para que não ocorra lesão e dano à Administração Militar, eles devem ser emitidos pelos oficiais habilitados.”*

3. Nesses termos, remeto-vos o presente expediente para conhecimento e providências julgadas cabíveis, particularmente no tocante à publicação da matéria no Boletim Informativo do mês de outubro e orientações julgadas pertinentes às UG de vinculação.

**Gen Div MARCIO ROSENDO DE MELO**  
Subsecretário de Economia e Finanças



**ANEXO “C”****FUNDAÇÕES DE APOIO POR UG/EB**

Face a relevância do tema e com a finalidade de atualização de conhecimento e orientações às UG vinculadas a esta ICFEx, transcrevo o ofício abaixo:



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
(Contadoria Geral/1841)**

**Brasília, 20 de Outubro de 2009.**

**Of nº 357 – Asse Jur – 09 (A1/SEF)**

**CIRCULAR**

**Do** Subsecretário de Economia e Finanças

**Ao** Sr Chefe da ---- ICFEx

**Assunto:** Fundação de Apoio

**Anexo:** Planilha Demonstrativa

1. Versa o presente expediente sobre utilização de Fundações de Apoio por UG/EB.
2. Tem-se observado o crescente emprego pelas UG/EB das Fundações de Apoio, para aquisição de material e contratação de serviços (planilha anexa), o que pode ser entendido como deixar de atender os preceitos relativos aos processos licitatórios, contidos na Lei 8.666/93.
3. Concomitantemente, verifica-se posicionamento adverso do Tribunal de Contas da União a esse proceder, consubstanciado nos diversos textos normativos e resultantes de julgados, regularmente transcritos em mensagens SIAFI, boletins informativos e pareceres emitidos por esta Secretaria.
4. Em consequência do exposto, recomendo a essa unidade de controle interno enviar esforços no sentido de orientar as UG vinculadas quanto à correta utilização das Fundações de Apoio e destinar especial atenção ao acompanhamento contábil dos atos de gestão praticados por essas Unidades.

**Gen Div MARCIO ROSENDO DE MELO**  
Subsecretário de Economia e Finanças

**Anexo (Planilha sobre Fundação de Apoio – Exercício de 2009) ao Of nº 357-Asse Jur (A1/SEF), de 20 OUT 09)**

FUNDAÇÕES	NATUREZA JURÍDICA	LINHA DE FORNECIMENTO E SERVIÇO	VINCULAÇÃO	VALORES RECEBIDOS (R\$)	
				ÓRGÃO Cmdo EB	ÓRGÃO FEx
<b>ROBERTO TROMPOWSKY LEITÃO DE ALMEIDA</b>	Entidade de Direito Privado (Obedece aos ditames da Lei 8.666/93 somente no caso de Convênio com a Força)	- Atendimento ao Público em Geral; - Assistência Social; - Consultoria e Assessoria – Educ; - Atividade Cultural Desportiva; - Estudos e Projetos – Saúde; - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico.	UG 160503 - DECEX	27.649655,62	1.028393,18
<b>RICARDO FRANCO</b>	Entidade de Direito Privado (Obedece aos ditames da Lei 8.666/93 somente no caso de Convênio com a Força)	- Auditoria; - Consultoria; - Estudos e Projetos; - Informática; - Inspeções e Testes; - Instalação de Rede; - Controle Tecnológico; - Ensaios e Análises; - Treinamento; - Serviço Educacional.	UG 160327 - IME	35.519748,81	6.024,45

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**ANEXO “D”****FRACIONAMENTO DAS DESPESAS**

Ao: Sr Ordenador de Despesas

1. Considerando a relevância do tema e com a finalidade de atualização de conhecimentos e orientações, bem como evitar o fracionamento de despesas, esta ICFEx solicita à suas UG vinculadas que por ocasião das suas obras, serviços e compras de materiais efetuados, observem o que prescreve a Lei 8666/93, em especial os Art. 14, Art. 15, Inc. II, IV e §§ 1º a 4º (regulamentado pelo Dec. nº 3.931/2001) e § 7º, Art. 22, Art. 23, §§ 1º e 2º e 5º e Art. 24, Inc. I e II e Acórdãos do TCU.

2. Nesse sentido, caracterizar-se-á fracionamento ou fragmentação de despesas a ocorrência dos seguintes fatos:

- aquisição sistemática de produtos de mesma natureza, em pequenos intervalos de tempo e em processos distintos, sem a observância da modalidade de licitação cabível para o total;
- fuga ao correto processo licitatório, uma vez que dispensou e/ou procedeu licitação indevida, efetuando-se Convite, quando caberia Tomada de Preços, inobservando-se os limites de que tratam os Arts. 23 e 24 da Lei de Licitações e Contratos;
- utilização indevida da modalidade de licitação Convite em detrimento da Tomada de Preços, contrariando o Art. 23, II, “a” e “b” da Lei Nº. 8.666/93;
- fragmentação de despesas com o intuito de eximir-se do processo licitatório, quando da contratação de serviços, com a mesma empresa.

3. Infere-se, portanto, que o fracionamento ou fragmentação de despesas se caracteriza quando se divide a despesa para utilizar modalidade de licitação inferior à recomendada pela legislação para o total da despesa, ou contratação direta fundamentado no Art. 24, I ou II da Lei de Licitações e Contratos.

Dessa forma, o espírito da lei, ao repelir o fracionamento ou fragmentação de despesas com o fito de fugir à modalidade correta de licitação ante o valor envolvido, vislumbra pacificamente compras ou serviços de maior vulto que, por exemplo, indicariam modalidades como Tomada de Preços ou Concorrência e, furtivamente, são contratados fracionadamente sob modalidade inferior, como, por exemplo, sucessivos Convites em lugar de Tomada de Preços para compras dos mesmos bens num único exercício financeiro, cerceando a competitividade que a legislação persegue para o processo licitatório.

Ressalte-se que tais fatos ocorrem pela ausência de planejamento do quanto vai ser efetivamente gasto no exercício para a execução de determinada obra, ou a contratação de determinado serviço ou ainda a compra de determinado produto. O planejamento do exercício deve observar o princípio da anualidade do orçamento. Logo, não pode o Agente Público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento.

Quando da definição da modalidade de licitação e/ou dispensa com base no valor para aquisição de bens e serviços, recomenda-se, com base na jurisprudência do TCU (Acórdão 216/2002 – Plenário), a utilização do critério do subelemento de despesa, visto que caracteriza apropriação de gastos com objetos de mesma natureza, ao longo do exercício financeiro.

Contrariamente, vale o seguinte alerta: a contratação de parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diferente daquela do executor da obra não se configura como fracionamento ou fragmentação da despesa, nos termos disposto no § 5º do Art. 23 da Lei nº. 8.666/93.

Objetivamente, é vedada a utilização de modalidade inferior de licitação quando o somatório do valor estimado caracterizar modalidade superior, observado o princípio da anualidade da despesa. Desta feita, temos que é impróprio:

- realizar Convite, quando o valor determinar Tomada de Preços ou Concorrência;
- realizar Tomada de Preços, quando o valor for de Concorrência; ou
- dividir o total da despesa para efetuar contratação direta, mediante dispensa de licitação com base no art. 24, I ou II da Lei de Licitações e Contratos.

#### 4. Jurisprudências do Tribunal de Contas da União – TCU

1) Mesmo com recebimentos irregulares ou em atrasos de créditos orçamentários, a rigor, ao se proceder a uma aquisição por dispensa de licitação por pequeno valor, fundamentado no inciso II, Art. 24 da Lei nº. 8.666/93, e é verificada a necessidade de nova aquisição de igual natureza, semelhança ou afinidade, também de pequeno valor, mas cuja soma com a primeira ultrapasse o referido limite, essa segunda aquisição deverá ser realizada por licitação na modalidade de Convite, sob pena de verificar o fracionamento da despesa. Pois se fosse possível proceder a outra dispensa, o critério seria absoluto e quaisquer aquisições de pequeno valor poderiam ser realizadas sucessivamente por dispensa de licitação. (Decisão nº.253/1998–TCU/Primeira Câmara);

2) Contratações, em datas distintas, de serviços de leitura de disquete junto a empresa, cujos valores somados extrapolam o limite de dispensa vigente à época, contrariando o Art. 24, Inc. II, da Lei nº. 8.666/93 e caracterizando fracionamento de licitação. (Acórdão 66/1999 Plenário);

3) Com o intuito de evitar o fracionamento de despesa, vedado pelo Art. 23, § 2º, da Lei nº 8.666/1993, utilizar-se, na aquisição de bens, do sistema de registro de preços de que tratam o inciso II. E §§ 1º e 4º, do Art. 15, da citada Lei, regulamentado pelo Decreto nº. 2743 de 21.8.1998. (Decisão 472/1999 Plenário);

4) Adote o sistemático planejamento de suas compras, evitando o desnecessário fracionamento na aquisição de produtos de uma mesma natureza e possibilitando a utilização da correta modalidade de licitação, nos termos do Art. 15, § 7º, II, da lei nº 8.666/93. (Acórdão 79/2000 Plenário);

5) Planeje as compras de modo a evitar a realização de despesas que possam caracterizar fracionamento, tendo em vista o disposto no inciso II do Art. 24 da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 165/2001 Plenário)

6) Evite a prática do fracionamento de licitações, mantendo-se a modalidade pertinente ao valor global do objeto licitado, em consonância com o Art. 23, § 5º da retrocitada Lei. (Acórdão 76/2002 Segunda Câmara);

7) O enquadramento na modalidade deve ser feito em função do período total estimado para o contrato contínuo (Acórdão 270/2002-TCU - Primeira Câmara);

8) Atente para o fato de que, atingido o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa. (Acórdão 73/2003 Segunda Câmara);

9) Evite o fracionamento de despesas como mecanismo de fuga à modalidade de licitação adequada (art. 23, § 5º). (Acórdão 2528/2003 Primeira Câmara);

10) O enquadramento na modalidade adequada deve se dar em função das despesas anuais (Acórdão 314/2004 - TCU - Plenário);

11) Planeje adequadamente as aquisições e/ou contratações a fim de evitar o fracionamento da despesa, em observância ao Art. 23, §5º, da Lei nº. 8666/1993.(Acórdão 740/2004 Plenário);

12) Abstenha-se de realizar procedimentos licitatórios, mediante fracionamento de despesa, sem que a modalidade de licitação escolhida tenha permitido, comprovadamente, o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, nos termos do § 1º do Art. 23 da Lei nº 8666/93 (Arts. 2º e 23, § 2º, parte final).(Acórdão 1049/2004 Primeira Câmara);

13) (...) a realização de vários procedimentos em um exercício não caracteriza, por si só, o fracionamento indevido da despesa, o qual somente ocorre quando não se preserva a modalidade pertinente para o total de aquisições do exercício (§ 2º do Art.23 da Lei 8.666/1993). (Acórdão 82/2005 Plenário);

14) O Tribunal de Contas da União determinou, em conformidade com o disposto no Art. 23, § 2º da Lei Nº. 8666/93, fossem planejadas as compras da unidade no exercício, abstando-se de efetuar fracionamento de despesa, com fuga ao devido procedimento licitatório (TC-007. 928/2003-7, Acórdão nº 459/2005-TCU-2ª Câmara);

15) Efetue, quando da utilização de recursos financeiros federais, planejamento global das obras/serviços, bem como das compras, abstando-se de realizar vários procedimentos licitatórios para aquisição de produtos ou contratação de serviços/obras de natureza similar, sob pena de ficar caracterizada a fuga da modalidade de licitação pertinente e o respectivo fracionamento de despesa, a luz do disposto no Art. 23 da Lei nº. 8666/1993. (Acórdão 515/2005 Plenário);

16) O TCU posicionou-se pela necessidade de planejamento das contratações de serviços para o exercício financeiro, abstando-se de fracionar despesas de mesma natureza, realizando a correta modalidade licitatória (item 1.8, TC-009.717/2005-8, Acórdão Nº.47/2006-TCU- 1ª Câmara);

17) O TCU determinou a uma entidade que se abstivesse de fracionar despesas, sob alegação de falta de espaço para armazenamento ou problemas com a validade dos produtos, realizando licitação na modalidade correta para entrega futura parcelada, quando fosse o caso (item 1.1.5, TC-016.554/2005-0, Acórdão Nº. 2.138/2006-TCU-2ª Câmara);

18) O TCU determinou ao (..) que se abstivesse de realizar sucessivas contratações diretas por dispensa de licitação para aquisição de mesmo objeto ou para prestação de serviços de mesma natureza, fundamentadas no Art. 24, Inc. II, da Lei nº. 8.666/93, porquanto esse procedimento caracteriza fracionamento de despesa (TC-025.721/2006-8 Acórdão Nº. 3.416/2006-TCU-1ª Câmara);

19) O TCU determinou ao (...) que realizasse o planejamento prévio de seus gastos anuais, de modo a evitar o fracionamento de despesas de mesma natureza, a fim de não extrapolar os limites estabelecidos nos artigos 23, § 2º, e 24, Inc. II, da Lei nº 8.666/1993, observando que o valor limite para as modalidades licitatórias é cumulativo ao longo do exercício financeiro (item 9.1.3, TC-016.973/2004-0, Acórdão Nº. 1.084/2007-TCU-Plenário);

20) O TCU determinou à (...) que adotasse o sistema de Registro de Preços em suas compras, com vistas a evitar o fracionamento de despesas, tal como preconizado no Art. 15, Inc. II, e §§1º a 4º, da Lei nº 8666/1993, regulamentado pelo Decreto nº 3.931/2001 (item 1.6, TC-015.480/2006-9, Acórdão Nº. 1.255/2007-TCU-2ª Câmara);

21) O TCU determinou à (...) que observasse, nos processos licitatórios, que as dispensas previstas no Art. 24, Inc.II, da Lei nº 8.666/1993, não devem englobar parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez, de modo a dar fiel cumprimento àquela lei, evitando o fracionamento do objeto com intuito de fuga à modalidade licitatória adequada (item 1.2, TC-001.508/2006-0, Acórdão Nº. 1.663/2007-TCU- Plenário);

22) O TCU determinou ao (...) que adotasse providências com vistas ao adequado planejamento das aquisições de bens e serviços de mesma natureza ao longo do exercício, atentando para o fato de que, atingido o limite legalmente exigido para dispensa de licitação, dever-se-ia observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, de modo a evitar o fracionamento de despesas, em cumprimento do disposto no Art. 23, § 5º, da Lei nº. 8.666/1993 (item 1.3, TC-004.587/2003-2, Acórdão Nº. 15/2008-TCU-2ª Câmara);

23) O TCU determinou à (...) que cumprisse estritamente às exigências da Lei nº. 8.666/1993, quanto aos procedimentos licitatórios realizados, de modo a evitar fraudes em dispensa de licitação, com fracionamento de despesas para aquisição de material de consumo, bem como que evitasse o favorecimento a empresas, com cotações rotineiras aos mesmos fornecedores (item 1.2, TC-014.963/2006-0, Acórdão nº 834/2008-TCU-1ª Câmara);

24) O TCU promoveu audiência de responsáveis em relação a uma contratação direta, por dispensa de licitação, com fundamento no Inc. I do art. 24 da Lei nº 8.666/93, de serviços profissionais especializados para a elaboração do projeto arquitetônico de reforma e layout do térreo ao 4º andar do Edifício sede do Ministério da (...), caracterizando o fracionamento de objeto e a fuga à modalidade licitatória apropriada, tendo em vista que já se detinha o conhecimento de que também seria necessário contratar o projeto arquitetônico de outros pavimentos e, em especial, a fiscalização da obra objeto do projeto anteriormente contratado, irregularidade agravada pela violação aos princípios da isonomia e da impessoalidade, haja vista haver sido contratada uma empresa pertencente ao marido de uma servidora (item 9.4.1, TC-008.916/2005-7, Acórdão nº. 947/2008-TCU-Plenário);

25) O TCU firmou os seguintes entendimentos, em caráter normativo que a utilização de suprimento de fundos para aquisição, por uma mesma Unidade Gestora, de bens ou serviços mediante diversas compras em um único exercício e para idêntico subelemento de despesa, cujo valor total supere os limites dos incisos I ou II, Art. 24 da Lei nº 8666/1993, constitui fracionamento de despesa, situação vedada pelos referidos dispositivos legais (Observar o conteúdo do item 3.3.8 do Manual SIAFI código 02.11.21, qual seja: "Considera-se indício de fracionamento a concentração excessiva de detalhamento de despesa em determinado subitem, bem como a concessão de suprimento de fundos a vários supridos simultaneamente"); (Acórdão Nº. 1.276/2008-TCU-Plenário);

26) O TCU determinou à Representação do (...) que observasse o limite de R\$ 200,00, estabelecido no art.2º da Portaria/ MF Nº. 95, de 19.04.2002 (DOU de 23.04.2002), abstendo-se de fracionar compras de cartuchos, por meio de planejamento das necessidades e realização de processo normal de compras (item 1.3, TC-013.672/2007-7, Acórdão nº 1.936/2008-TCU-1ª Câmara);

27) O TCU determinou ao (...) que evitasse a fragmentação de despesas, caracterizada por aquisições frequentes dos mesmos produtos ou realização sistemática de serviços da mesma natureza em processos distintos, cujos valores globais excedessem o limite previsto para dispensa de licitação a que se referem os incisos I e II, Art. 24 da Lei nº 8666/1993, atentando também ao fato de que o planejamento do exercício deve observar o princípio da anualidade do orçamento, conforme Art. 2º, "caput", da Lei nº 4.320/1964 (item 9.3.5, TC-009.057/2005-5, Acórdão Nº. 2.011/2008-TCU-2ª Câmara);

28) Determinação a uma prefeitura municipal para que, quando da aplicação de recursos de origem federal, transferidos por meio de convênios ou instrumentos similares, obedeça às disposições contidas no § 5º do Art. 23 da Lei nº 8.666/1993, evitando-se o fracionamento indevido de despesas na aquisição de bens e serviços (item 9.7.5, TC-021.587/2006-0, (Acórdão nº 4.084/2008-2ª Câmara);

29) Determinação à (...) para que se abstenha de realizar sucessivas dispensas de licitação com o objetivo de efetuar compras parceladas de objetos de mesma natureza, a exemplo das aquisições de mobiliário efetuadas em 2006, uma vez que essa prática configura fracionamento de despesas, vedado pelo Art. 23, § 2º, da Lei nº 8666/1993 (item 1.5.1.2, TC-016.548/2007-0, Acórdão nº 103/2009-1ª Câmara);

30) Determinação ao (...) para que, na hipótese da realização conjunta e concomitante de obras e serviços da mesma natureza em diversas Varas Trabalhistas localizadas no interior do (...), opte pela modalidade de licitação resultante do somatório de seus valores, evitando, assim, o fracionamento da licitação em vários convites ou Tomadas de Preços, quando poderia ser realizada apenas uma Tomada de Preços e uma concorrência, respectivamente (item 1.6.1.5, TC-014.690/2006-1, Acórdão Nº. 374/2009-1ª Câmara);

31) Determinação ao (...) para que se abstenha de fracionar despesa em processo licitatório, com fuga da correta modalidade de licitação, buscando realizar um único procedimento licitatório para objetos idênticos, mesmo que a fonte de recursos seja de diferentes convênios, de acordo com o preceituado pelo Art. 23, §§ 1º, 2º e 5º da Lei nº 8.666/1993 (item 1.5.1.1, TC-001.644/2007-0, Acórdão Nº.836/2009-1ª Câmara);

32) Determinação à (...) para que se abstenham de fracionar compras e serviços de necessidade rotineira, em observância ao Art. 23, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, planejando suas aquisições de modo a atender adequadamente às necessidades inerentes a sua missão constitucional, observando o processo normal de aquisição de materiais e serviços, e reservando o suprimento de fundos apenas às despesas eventuais e de pequeno vulto (item 1.5.2, TC-015.056/2005-3, Acórdão Nº. 2.193/2009-2ª Câmara).

5. Ressalta-se que algumas UG, devido a suas peculiaridades, estão autorizadas a efetuar despesas enquadradas no inciso I do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme Portaria Normativa 1.242/MD, de 21 Set 06, tais unidades terão seus limites de dispensa considerados separadamente, sendo R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o inciso I, e R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para o inciso II. Porém somente créditos destinados à atividade fim de tais unidades deverão ser empenhados através do inciso I, conforme constante da MSG 2006/1435248-SEF, 19 Out 06.

6. Após o acima exposto vale ainda ressaltar o que define a Lei de Licitações e posicionamento sobre fracionar despesas:

Lei nº 8.666/93: (fracionar despesas é um procedimento proibido)

Tribunal de Contas da União: (significa dividir a despesa a fim de se justificar a adoção de modalidade de licitação menos rigorosa do que a determinada para o total da despesa a realizar).

7. Vale ainda lembrar que o TCU já alertou que a falta de planejamento do Administrador Público não é motivo para o fracionamento da despesa. Assim, o Gestor Público não pode alegar subdimencionamento das quantidades necessárias para utilizar modalidade de licitação diferente da determinada para o valor efetivamente licitado. Também não é lícito subvalorizar as estimativas a fim de reduzir o valor estimado para as contratações.

**JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA - Ten Cel Int**  
**Chefe da 11ª ICFEx**

**(Transcrito do BINFO Nº 09-11ª ICFEx, de 30 SET 09)**

## ANEXO “E”

### JULGADOS E NORMAS DO TCU DE MAIOR INTERESSE PARA AS UG PUBLICADOS EM SETEMBRO DE 2009

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 04.09.2009, S. 1, p. 253.** Ementa: determinação ... para que, em licitações, abstenha-se de exigir, como condição de habilitação, quantitativo mínimo de rede credenciada ativa, impondo essa exigência, sob penas cabíveis, somente à proponente vencedora da licitação (item 1.5, TC-002.495/2009- 9, Acórdão nº 1.966/2009-Plenário).

- Assunto: **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. DOU de 04.09.2009, S. 1, p. 253.** Ementa: determinação ... para que, nas licitações de bens e serviços de tecnologia da informação, observe as orientações contidas nos Acórdãos nºs 2.471/2008-P e 237/2009-P, bem assim o Quadro Referencial Normativo e as Notas Técnicas nºs 01 e 02/2008, da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI/TCU) (item 1.5.1, TC- 013.664/2009-1, Acórdão nº 1.968/2009-Plenário). Convidamos a rede do Ementário de Gestão Pública a conhecer o endereço web abaixo, sobre TI:

<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/tecnolog...>

- Assuntos: **LICITAÇÕES e PREGÃO ELETRÔNICO. DOU de 04.09.2009, S. 1, p. 254.** Ementa: determinação ... para que se abstenha de: a) realizar licitações na modalidade pregão eletrônico para contratações de serviços especializados e complexos, reservando a adoção desse tipo de certame para contratações de serviços que possam ser enquadrados como comuns; b) efetuar, nos certames, exigências de requisitos para comprovação de aptidão técnica fundados unicamente em local específico e no tempo de experiência profissional, em respeito aos princípios da isonomia e da competitividade e às vedações ínsitas nos artigos 3º, § 1º, inc. I, e 30, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, exceto quando tais exigências se demonstrarem imprescindíveis à execução do objeto e, após sua obrigatória motivação técnica, circunstanciada e pública, restar certificado que os parâmetros estabelecidos são necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado (itens 9.7.1.1 e 9.7.1.2, TC-006.065/2008-8, Acórdão nº 1.978/2009-Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 04.09.2009, S. 1, p. 254.** Ementa: determinação ... para que faça divulgar, em suas licitações, exceto as realizadas na modalidade de pregão, como parte integrante do edital, o orçamento analítico, contendo a composição de todos os seus custos unitários, devidamente detalhada, em respeito ao disposto no artigo 40, § 2º, inc. II, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.7.2, TC-006.065/2008-8, Acórdão nº 1.978/2009-Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 04.09.2009, S. 1, p. 255.** Ementa: determinação ... para que, em processos licitatórios, abstenha-se de exigir, no ato convocatório, que as empresas licitantes e/ou contratadas apresentem declaração, emitida pelo fabricante do bem ou serviço licitado, de que possuem plenas condições técnicas para executar os serviços, são representantes legais e estão autorizadas a comercializar os produtos e serviços objeto do termo de referência, uma vez que essa exigência restringe o caráter competitivo do certame e contraria os arts. 3º, § 1º, inc. I, e 30 da Lei nº 8.666/1993 (item 9.2.1.2, TC-031.876/2008-3, Acórdão nº 1.979/2009-Plenário).



- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 04.09.2009, S. 1, p. 267.** Ementa: determinação ... para que, nas licitações do tipo "técnica e preço": a) exija que a proposta técnica seja apresentada em envelope distinto da proposta de preço, de modo a possibilitar, num 1º momento, a classificação das propostas técnicas, com a subsequente abertura de prazos para recursos e, posteriormente, a abertura da proposta de preços; b) faça constar, de forma expressa, em documento, as razões e os critérios observados nos exames técnicos produzidos em apoio à aferição valorativa das propostas técnicas apresentadas, de modo a evitar ou, ao menos, minimizar a avaliação de caráter subjetivo, em conformidade com o princípio da publicidade e do julgamento objetivo das propostas; c) dê ciência aos licitantes, antes da apresentação de eventuais recursos, das justificativas referentes ao julgamento das propostas técnicas, a fim de propiciar-lhes as informações necessárias e indispensáveis à elaboração de tais recursos; d) **abstenha-se de prever excessiva valoração atribuída à proposta técnica, em detrimento da proposta de preços, sem amparo em justificativas técnicas suficientes que demonstrem a sua necessidade**, uma vez que a adoção de critério desproporcional pode acarretar prejuízo à competitividade do certame e à obtenção da proposta mais vantajosa pela Administração, observado o art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos nºs 1.782/2007-Plenário e 1.488/2009-Plenário (itens 9.2.1 a 9.2.4, TC-008.697/2009-1, Acórdão nº 2.017/2009- Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 04.09.2009, S. 1, p. 269.** Ementa: determinação ... para que, quando da realização de licitação com vistas à contratação dos serviços objeto de um contrato de 2005, **abstenha-se de incluir, em um único objeto, mais de uma espécie de serviço**, notadamente aqueles que não se relacionam entre si, como, por exemplo, os de nutrição e dietética, processamento de roupas, limpeza e higienização, em observância à regra do parcelamento insculpida no art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.2.1, TC- 021.448/2006-7, Acórdão nº 2.023/2009-Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 04.09.2009, S. 1, p. 272.** Ementa: determinação ... para que se abstenha, na qualificação técnica de licitações, de fixar número máximo de atestados, em consonância com o previsto nos arts. 3º, § 1º, inc. I, e 30, "caput" e §§ 3º e 5º, da Lei nº 8.666/1993, exceto quando for expressamente justificada a necessidade da exigência para a garantia da execução do contrato, a segurança e perfeição da obra ou do serviço, a regularidade do fornecimento ou o atendimento de qualquer outro interesse público (item 9.6.1, TC-013.179/2007-0, Acórdão nº 2.032/2009-Plenário).

- Assunto: **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. DOU de 04.09.2009, S. 1, p. 280.** Ementa: determinação ... para limitar as contratações mediante inexigibilidade de licitação estritamente aos casos em que haja inviabilidade de competição, promovendo o certame licitatório para a contratação de serviços destinados à elaboração de laudos técnicos na avaliação de bens imóveis, abstando-se, igualmente, de prorrogar um contrato de prestação de serviços de 2007, caso ainda produza efeitos (item 1.5.1.3, TC-021.193/2008-2, Acórdão nº 4.466/2009-1ª Câmara).

- Assuntos: **DISPENSA DE LICITAÇÃO e INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. DOU de 04.09.2009, S. 1, p. 284.** Ementa: determinação ... para que, para dar cumprimento ao estabelecido no art. 26 da Lei nº 8.666/1993, passe a incluir nos avisos de inexigibilidade e dispensa de licitação que vier a publicar, no mínimo os seguintes elementos acerca das respectivas contratações: a) nome do contratado; b) enquadramento legal da dispensa ou inexigibilidade; c) objeto do contrato; d) nome e cargo da autoridade ratificadora; e) valor; f) prazo de duração do serviço contratado, se for o caso (item 1.5.1, TC-018.053/2009-8, Acórdão nº 4.491/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **FESTIVIDADES. DOU de 04.09.2009, S. 1, p. 287.** Ementa: determinação ... para que **se abstenha de realizar despesas com atividades que não estejam vinculadas às suas finalidades**, tais como confraternizações, festividades, eventos comemorativos e outros congêneres (item 1.5.1, TC-013.780/2007-4, Acórdão nº 4.520/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 04.09.2009, S. 1, p. 287.** Ementa: determinação ... para que, quando da elaboração de estimativas de preços de produtos/serviços a serem licitados, inclusive daqueles de interesse do ..., **promova ampla pesquisa de preço, abrangendo outras aquisições/contratações da Administração Pública**, inclusive (item 1.6.1, TC-016.885/2009-6, Acórdão nº 4.524/2009-1ª Câmara).

- Assuntos: **CONTRATOS e SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES. DOU de 04.09.2009, S. 1, p. 307.** Ementa: determinação ... para que observe **o princípio da segregação de funções, abstendo-se de nomear, para a fiscalização e acompanhamento dos contratos, servidores que tenham vínculo com o setor financeiro da unidade**, sobretudo, aqueles que são diretamente responsáveis pelo processamento da execução da despesa (item 1.5.1.3, TC-013.230/2008-3, Acórdão nº 4.701/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **CONVÊNIOS. DOU de 04.09.2009, S. 1, p. 345.** Ementa: determinação ... para que promova a identificação e tombamento dos bens permanentes adquiridos com recursos federais, bem como sua distribuição por meio de Termo de Responsabilidade, em atendimento ao artigo 94 da Lei nº 4.320/1964 (item 9.4.4, TC-017.190/2007-6, Acórdão nº 4.568/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **TERCEIRIZAÇÃO. DOU de 11.09.2009, S. 1, p. 70.** Ementa: determinação ... para que, nas contratações para terceirização de mão-de-obra, deixe de consignar parcelas relativas a gastos com reserva técnica nos orçamentos básicos, nos formulários para proposta de preços e nas justificativas de preço a que se refere o art. 26, III, da Lei nº 8.666/1993, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, e não aceite propostas de preços contendo custos relativos a esse item (Acórdãos nºs 1.179/2008-P, 645/2009-P e 727/2009-P) (item 1.5.1.2, TC-005.717/2009-2, Acórdão nº 2.060/2009-Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 11.09.2009, S. 1, p. 70.** Ementa: determinação ... para que se abstenha, na fase de julgamento das propostas de procedimentos licitatórios, de considerar erros ou omissões no preenchimento da planilha de custos e formação de preços prevista na IN/SLTI-MP nº 02/2008 como critério único de desclassificação de licitantes, em razão do caráter instrumental da planilha de preços, do disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e a da jurisprudência do TCU (Acórdãos nºs 2.104/2004-P, 1.791/2006-P e 1.179/2008-P e Acórdão nº 4.621/2009-2ª C) (item 1.5.1.3, TC-005.717/2009-2, Acórdão nº 2.060/2009- Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 11.09.2009, S. 1, p. 72.** Ementa: determinação ... para que, em procedimentos licitatórios, abstenha-se de estabelecer a exigência simultânea de capital mínimo e de garantias de proposta, por infringir o § 2º do art. 31 da Lei nº 8.666/1993 e contrariar o entendimento revelado por meio do Acórdão nº 808/2003- Plenário (item 9.1.1, TC-012.171/2009-4, Acórdão nº 2.073/2009- Plenário).

- Assuntos: **CONTRATOS e LÍNGUA PORTUGUESA. DOU de 11.09.2009, S. 1, p. 78.** Ementa: determinação ... para que, nos contratos, atente para a obrigatoriedade de os termos serem redigidos em língua portuguesa, ou em textos bicolunados, com tradução da língua estrangeira para a língua portuguesa, conforme o disposto no art. 13 da Constituição Federal, c/c o art. 224 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro) (item 9.3.1, TC-006.588/2009-8, Acórdão nº 2.094/2009-Plenário).

- Assunto: **CONVÊNIOS. DOU de 11.09.2009, S. 1, p. 72.** Ementa: determinação à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretaria do Orçamento Federal para que comprovem junto ao TCU, em abril de 2010, quando da efetiva implantação do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), o atendimento às determinações contidas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão nº 2.707/2008-Plenário, TC-022.348/2007-4, quais sejam: a) promovam estudos, em conjunto, e apresentem ao TCU cronograma de ações com vistas à identificação das fontes de recursos quando da execução e devolução dos saldos remanescentes dos convênios firmados com a União; b) adotem medidas com vistas à modificação da Portaria/SOF-MP nº 24/2006 para que os recursos devolvidos de convênios e congêneres originários de fonte vinculada sejam contabilizados na respectiva fonte, e não na fonte 82, em cumprimento ao parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 (item 9.2, TC-014.992/2009-7, Acórdão nº 2.074/2009-Plenário).

- Assunto: **EVENTO. DOU de 11.09.2009, S. 1, p. 77.** Ementa: determinação ... para que, em atenção ao disposto nos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964, adote medidas com vistas à implementação de rigoroso controle sobre a execução de contratos de prestação de serviços de organização de eventos que porventura venha a firmar, em especial quanto à exigência da seguinte documentação: a) cópia de todas as notas fiscais relativas aos serviços subcontratados pela empresa organizadora, de forma a possibilitar a identificação da despesa executada; b) relação dos participantes do evento (listas de presenças), com dados completos e fidedignos dos participantes, tais como nome completo, cargo, endereço e telefone; c) quando o evento envolver hospedagem, a relação, emitida pela contratada, do nome dos participantes hospedados em cada um dos hotéis, juntamente com as notas fiscais que comprovem a quantidade de apartamentos locados (item 9.5.1, TC- 012.075/2009-8, Acórdão nº 2.089/2009-Plenário).

- Assunto: **INEXEQUIBILIDADE. DOU de 11.09.2009, S. 1, p. 78.** Ementa: determinação ... para que faça constar obrigatoriamente em seus editais de licitação para contratação de obras e serviços os critérios de aceitabilidade de preços unitários e global, consoante o disposto no art. 40, “caput” e inc. X, da Lei nº 8.666/1993 e no inc. II, § 1º, alíneas “a” e “b”, do art. 48 da Lei nº 8.666/1993, cabendo à administração verificar, nos casos considerados inexequíveis a partir do referido critério, a efetiva capacidade de a licitante executar os serviços, no preço oferecido, assegurado o alcance do objetivo da licitação, que é a seleção da proposta mais vantajosa e, por consequência, do interesse público, cuidando para que não sejam eliminadas empresas que apresentem preços unitários abaixo dos limites definidos na Lei, mas que não tenham elevada materialidade no total do contrato (item 9.1.2, TC-005.637/2009-0, Acórdão nº 2.093/2009-Plenário).

- Assunto: **CONTRATOS. DOU de 11.09.2009, S. 1, p. 78.** Ementa: determinação ... para que, nos contratos firmados em que sejam incluídas cláusulas compromissórias de resolução de conflitos em sede de juízo arbitral, restrinja a resolução de eventuais litígios a assuntos relacionados à sua área-fim e disputas eminentemente técnicas oriundas da execução dos aludidos contratos (item 9.3.2, TC-006.588/2009-8, Acórdão nº 2.094/2009- Plenário).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA. DOU de 11.09.2009, S. 1, p. 80.** Ementa: determinação ... para que faça constar, em contratações custeadas com recursos públicos federais, os itens Administração Local, Instalação de Canteiro e Acampamento e Mobilização e Desmobilização na planilha orçamentária, e não no BDI (item 9.2.3, TC- 006.750/2009-1, Acórdão nº 2.099/2009-Plenário).

- Assuntos: **CAPACITAÇÃO e TERCEIRIZAÇÃO. DOU de 11.09.2009, S. 1, p. 131.** Ementa: determinação ... para que se abstenha de efetuar o pagamento de cursos de capacitação para terceirizados, por ausência de amparo legal, conforme já decidido pelo TCU no Acórdão nº 2.824/2006-1ªC (item 9.5.8, TC- 010.288/2004-7, Acórdão nº 4.740/2009-2ª Câmara).

7ª ICFEx	Continuação do B Info Nº 10, de 30 de outubro de 2009	Pág 27	
----------	---	--------	--

- Assunto: **SERVIÇO CONTÍNUO**. DOU de 11.09.2009, S. 1, p. 132. Ementa: determinação ... para que adote a modalidade licitatória adequada, de acordo com os arts. 23 e 24 c/c o art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, de maneira a evitar que eventual prorrogação de contrato administrativo de serviços de natureza contínua dela decorrente resulte em valor total superior ao permitido para a modalidade utilizada, em consonância com o entendimento firmado pelo TCU, a exemplo dos Acórdãos nºs 260/2002-P, 1.521/2003-P, 1.808/2004-P, 1.878/2004-P e 1.084/2007-P (item 9.13.1, TC-013.188/2005-3, Acórdão nº 4.742/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **DIÁRIAS**. DOU de 11.09.2009, S. 1, p. 133. Ementa: determinação ... para que estabeleça limites para concessão de diárias, inclusive para os Conselhos Regionais, especialmente para o presidente e os conselheiros, considerando que a Resolução/COFEN nº 312/2007 não estipula o número limite para concessão dessa indenização por beneficiário, de modo a impedir que tal indenização venha a se configurar como pagamento de salário, em completo desvirtuamento da ocupação de um cargo honorífico (item 9.2.1, TC- 031.942/2008-0, Acórdão nº 4.743/2009-2ª Câmara).

**ANEXO “F”****MELHORIA DE PENSÃO MILITAR  
EM CASO DE REFORMA POR INVALIDEZ**

Considerando a relevância do tema e com a finalidade de atualização de conhecimento e orientações às UG vinculadas a esta ICFEx, transcrevo o ofício abaixo:

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
(Contadoria Geral/1841)**

**Of nº 356– Asse Jur – 09 (A1/SEF)**

**Brasília, 19 de Outubro de 2009.**

**Do** Subsecretário de Economia e Finanças

**Ao** Sr Diretor de Auditoria

**Assunto:** pensão militar

**Rfr:** Of nº 47 – Asse Jur / D Aud, de 16 set 09

1. Versa o presente sobre melhoria de pensão militar em caso de reforma por invalidez.
  2. Trata-se de estudo deflagrado pelo Encaminhamento nº 18 – SAPes/DAud, de 01 de outubro de 2008, no qual a Seção de Auditoria de Pessoal (SAPes), deparando-se com divergência nos entendimentos da 5ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército (5ª ICFEx) e da Diretoria de Civis, Inativos e Pensionistas (DCIP), indaga a essa Diretoria a respeito do cabimento de melhoria de pensão em favor da viúva ESTÁSIA KOSTELAK para o posto de 1º Tenente, proposta pela DCIP.
    - a. No Estudo Jurídico nº 07 – Asse Jur / D Aud, de 14 set 09, endossado por esse Diretor, perfilhou-se a conclusão de que os proventos devem ser calculados com base no soldo de 2º Tenente, ratificando essa Diretoria o entendimento da Setorial Contábil.
    - b. A questão foi encaminhada a esta Secretaria porque considerou essa Diretoria que o assunto se reveste de relevância merecedora da apreciação deste ODS.
  3. Inicialmente, convém destacar informações necessárias à solução da questão:
    - a. Após ultrapassar 30 (trinta) anos de serviço, o instituidor da pensão, WALTER KOSTELAK, então 3º Sargento, foi transferido para a reserva remunerada em 1994, com direito aos proventos da graduação imediata, conforme art. 50, inc. II, do Estatuto dos Militares vigente na época<sup>1</sup>;
    - b. Nos termos do art. 106, inc. I, “d”, do Estatuto dos Militares<sup>2</sup>, o militar foi reformado por idade limite de permanência na reserva, a contar de 27 de novembro de 2004, conforme Portaria nº 1641-DCIP.23, de 19 set 05;
- <sup>1</sup> Art. 50. São direitos dos militares:
- II - a percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria da mesma quando, ao ser transferido para a inatividade, contar mais de 30 (trinta) anos de serviço;
- <sup>2</sup> Art. 106. A reforma *ex officio* será aplicada ao militar que:
- I – atingir as seguintes idades-limite de permanência na reserva:
- d) para Praças, 56 (cinquenta e seis) anos.

c. Em julho de 2005, descobriu-se que o militar era portador de moléstia prevista no artigo 108, inciso V, do Estatuto dos Militares<sup>3</sup>;

d. Em outubro de 2005, o militar veio a óbito e a viúva foi habilitada no sistema com proventos da graduação de 2º Sargento;

e. Em agosto de 2006, foi requerida a melhoria de pensão com fundamento no artigo 110 do Estatuto dos Militares, que assim dispõe:

Art. 110. O militar da ativa ou da reserva remunerada, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes dos incisos I e II do art. 108, será reformado com a remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir ou que possuía na ativa, respectivamente. [\(Redação dada pela Lei nº 7.580, de 1986\)](#)

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo aos casos previstos nos itens III, IV e **V do artigo 108**, quando, verificada a incapacidade definitiva, for o militar considerado inválido, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho.

§ 2º Considera-se, para efeito deste artigo, grau hierárquico imediato:

.....  
b) o de Segundo-Tenente, para Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento e Terceiro-Sargento;

f. A Seção de Inativos e Pensionistas da 5ª Região Militar acrescentou como fundamento legal para a melhoria de pensão o § 4º do artigo 110 do Estatuto dos Militares<sup>4</sup> e, após parecer da Junta confirmando a constatação da patologia, em julho de 2005, a DCIP editou a Portaria nº 337-DCIP.32, de out 06, assegurando a pensão calculada com base nos proventos de 1º Tenente a contar do óbito, pelos seguintes motivos:

“[...] o militar ao falecer preenchia as condições legais que permitiam a concessão de proventos do grau hierárquico superior e contar mais de 30 (trinta) anos de serviço, de acordo com o inciso II do artigo 50; inciso II do artigo 106; parágrafo único do artigo 107; inciso V do artigo 108; e §§ 1º e 2º, alínea “b” do artigo 110 da Lei Nr 6880.”

g. Encaminhado o processo à 5ª ICFEx para posterior remessa ao TCU, a Setorial Contábil discordou da solução adotada pela SIP/5 e restituiu o processo em razão dos seguintes argumentos:

“[...]”

8. o falecido possuía na ativa o grau hierárquico de 3º Sargento, em consequência, conforme a letra b do § 2º do Art. 110, considera-se o grau hierárquico imediato o de Segundo-Tenente; e

9. o militar já recebera o posto acima (2º Sgt), conforme preconiza o inciso II do Art. 50 da Lei 6880/80, quando foi transferido para a reserva remunerada, de modo que o mesmo fato gerador estaria sendo utilizado em duplicidade (*bis in idem*) ao aplicá-lo na reforma.”

h. A 5ª RM remeteu, então, o processo à DCIP para retificar ou ratificar a melhoria de pensão com proventos de 1º Tenente, providência confirmada pela Diretoria de Civis, Inativos e Pensionistas pelos seguintes motivos:

“[...]”

b. ao falecer, preenchia as condições para ser reformado por incapacidade física, por doença capitulada no inciso V do artigo 108 da Lei nº 6.880, de 09 Dez 80, e sendo 3º Sargento, recebeu o direito aos proventos 2º Tenente, amparado pela letra b) do § 2º do Art 110 da Lei nº 6880/80; é acrescido então de acordo com o § 3º do Art 110, o direito ao Inciso II do Art 50, recebendo o direito dos proventos de 1º Tenente.”

i. Portanto, o fundamento invocado pela DCIP para respaldar a concessão de melhoria de pensão de 2º para 1º Tenente foi o seguinte:

Art. 110. O militar da ativa ou da reserva remunerada, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes dos incisos I e II do art. 108, será reformado com a remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir ou que possuía na ativa, respectivamente. [\(Redação dada pela Lei nº 7.580, de 1986\)](#)

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo aos casos previstos nos itens III, IV e V do artigo 108, quando, verificada a incapacidade definitiva, for o militar considerado inválido, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho.

§ 2º Considera-se, para efeito deste artigo, grau hierárquico imediato:

a) o de Primeiro-Tenente, para Guarda-Marinha, Aspirante-a-Oficial e Suboficial ou Subtenente;

b) o de Segundo-Tenente, para Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento e Terceiro-Sargento; e

c) o de Terceiro-Sargento, para Cabo e demais praças constantes do Quadro a que se refere o artigo 16.

**§ 3º Aos benefícios previstos neste artigo e seus parágrafos poderão ser acrescidos outros relativos à remuneração, estabelecidos em leis especiais, desde que o militar, ao ser reformado, já satisfaça às condições por elas exigidas.** (destaques acrescidos)

j. Na seqüência, a 5ª ICFEx submeteu a questão à apreciação jurídica dessa Diretoria, o que foi consubstanciado no Estudo Jurídico acima referido.

4. Em resumo, o instituidor da pensão era 3º Sargento quando foi transferido para a reserva em 1994, após mais de 30 (trinta) anos de serviço, o que lhe assegurou a percepção dos proventos da graduação imediata, ou seja, de 2º Sargento, conforme assegurava, naquela época, o art. 50, inc. II, do Estatuto dos Militares; após tal evento, ocorreu a reforma por limite de idade - o que não gera qualquer acréscimo na remuneração nem qualquer direito relativo à melhoria de pensão - a contar de novembro de 2004; em julho de 2005, ainda antes da publicação do ato de reforma, constatou-se a doença descrita no inciso V do artigo 108 do Estatuto dos Militares, ou seja, incapacidade definitiva / invalidez e impossibilidade total e permanente para qualquer trabalho, o que assegura a remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato, ou seja, de 2º Tenente, nos termos do artigo 110, §§ 1º e 2º, alínea “b” do Estatuto dos Militares.

5. De fato, não se verifica a existência de amparo legal para que a pensão correspondente à remuneração de 2º Sargento seja melhorada para a pensão correspondente à remuneração de 1º Tenente, pois o único fato ensejador da melhoria de pensão, na hipótese, assegura a remuneração de 2º Tenente.

6. Em outras palavras, considerando que a remuneração de 2º Sargento deve ser a “base de cálculo” para a melhoria de pensão, não há como atingir a remuneração de 1º Tenente, pois não há respaldo para realizar duas melhorias de pensão, nem mesmo à luz do § 3º do artigo 110 do Estatuto dos Militares, segundo o qual outros benefícios, relativos à remuneração estabelecidos em leis especiais, poderão ser acrescidos aos benefícios previstos no citado artigo e em seus parágrafos, hipótese que não se verifica no caso concreto.

7. Nesses termos, concordando com o entendimento jurídico dessa Diretoria, remeto a Vossa Excelência o presente expediente, para a adoção das providências julgadas pertinentes, particularmente aquelas relativas à correção da pensão militar em comento.

**Gen Div MARCIO ROSENDO DE MELO**  
Subsecretário de Economia e Finanças